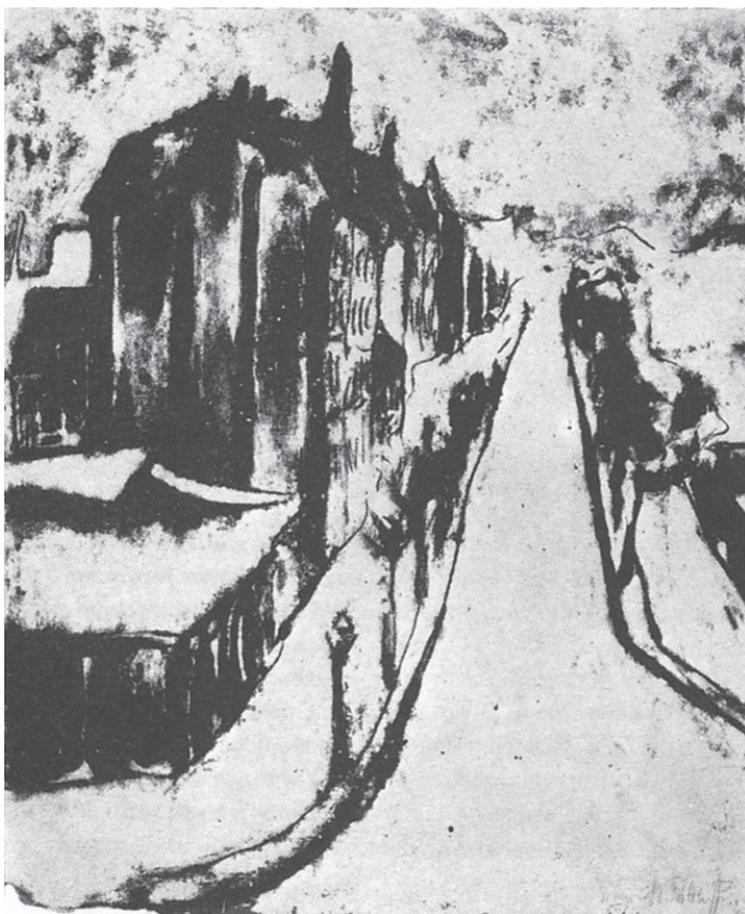


Senhor, escrevendo à luz de vela

TRADUÇÃO



SCHMIDT-ROTTLUFF, Karl. Berliner Strasse, Dresda. 1909.

E. P. Thompson

Edward Palmer Thompson (1924-1993). Autor, entre outros livros, de *Witness against the beast: William Blake and the moral law*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Senhor, escrevendo à luz de vela*

E. P. Thompson

Tradução: Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro**

Revisão técnica da tradução: Antonio Luigi Negro***



Deixe os operários da companhia de energia reduzirem a iluminação das ruas, ou mesmo deixarem distritos inteiros em completa escuridão, as luzes da retidão e do dever queimarem as mais iluminadas das 10.000 salas de recepção do Chelsea ou das colinas de Surrey.

Senhor,

Poderei eu, ao escrever à luz de velas, expressar meu inteiro apoio ao governo em sua tentativa de impedir as reivindicações de salário incrivelmente inflacionado que são feitas neste momento?

Pergunta um leitor do *The Times* (em 12 de dezembro). Não há dúvidas de que ele poderá e o fará.

Os historiadores enaltecem, com frequência, esta característica peculiar dos britânicos. É em condições de considerável adversidade, em estados de emergência, que eles notam essa cólera do espírito britânico. É apenas em tais circunstâncias que os guardiões da consciência da comunidade — as classes médias aposentadas — demonstram sua reticência usual e articulam abertamente seus valores e compromissos.

Um sinal infalível desta época de renascença burguesa é o epistolário *levée en masse* dos leitores do *The Times*. Tais *levées* (levantes) não são frequentes; quando eles ocorrem, é possível perceber a presença da História. Um deles ocorreu em fevereiro de 1886 após os “levantes da Trafalgar Square”, quando ativistas desempregados desorganizados — após ouvirem uma retórica interessante de John E. Williams, John Burns e H. M. Hyndman da Federação Social Democrática — deram uma breve demonstração de ira pelo West End, estilhaçando vitrines de lojas, saqueando e arremessando tijolos em clubes seletos de Londres. As piores revoltas ocorreram, na maioria dos anos, em algumas partes do país, porém não em locais santificados como o Pall Mall.

“Senhor”, escreveu um cavalheiro desafortunado, cuja carruagem tivera as janelas quebradas durante o levante: “Eu sou membro de várias instituições de caridade e hospitais, das quais me desligarei. Eu sempre defendi a causa do povo. Eu não o farei mais.”

Mas a justiça ferida e há tempos sofrida, nessas ocasiões, fica em segundo plano ante o comportamento firme e disciplinador. “Senhor”, questionou um leitor em 1886,

* Texto publicado originalmente em *New Society*, 24 December 1970 e republicado em THOMPSON, E. P. *Writing by candlelight*. London: Merlin, 1980.

** Doutora em Sociologia pela New School for Social Research, de New York/Estados Unidos. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). liliatavolaro@hotmail.com

*** Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do CNPq. Co-organizador e co-tradutor de THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. negro@ufba.br

De que servem um comissário de polícia bem remunerado, e deputados proporcionalmente bem pagos, se eles temem a responsabilidade atribuída aos seus cargos? (...) Quando uma matilha se amotina em qualquer canil, os caçadores e chicotes não esperam tomar qualquer ordem especial de seus senhores, eles agem para restaurar a ordem prontamente.

Um outro leitor (em 11 de fevereiro de 1886) constitui exemplo tão rico do gênero que deve ser citado na íntegra:

Senhor,

Ao retornar da Prince's Levee eu caminhava pelo Pall Mall, de uniforme. Aos poucos o local foi se enchendo de 'desempregados' de aparência suspeita naquele momento, dois dos quais, dirigiram-se a mim, e um disse, de modo contundente, "Ei, quem ---- é esse sujeito?"

Enquanto eu passava pela entrada do Ministério da Guerra, antigamente a entrada do duque de Buckingham, um violinista cego, guiado por uma menininha, veio (...) tocando um ou outro acorde peculiar, quando um jovem guarda em exercício saiu e disse, em tom de comando, "Pare com esse barulho" (...) Eu pensei, "Finalmente um homem de bom senso e ação". Tratava-se de algo pequeno a ser impedido naquele momento, mas quando a bola de neve que uma criança ou um violinista cego poderiam atirar do topo de uma colina atingisse o chão, esta se tornaria, neste país, um monstro irremovível, em outros países uma avalanche destrutiva.

Em 10 de abril de 1848, eu tomei posse numa unidade policial especial entre o Palácio de Buckingham e a Câmara dos Comuns. No primeiro nós tínhamos uma bateria de canhões escondidos nos estábulos. Eu perguntei ao policial em comando o que ele iria fazer. Sua resposta foi "Nós temos nossos informantes, e se ouvirmos falar de qualquer aglomeração nós podemos correr e desocupar o Mall ou a Birdeage Walk em dois minutos, ou retomar a ordem na rua St James e no Pall Mall em três". Ele não esperaria até que o desmando se instalasse. Esse dias se foram?

Seu obediente servidor,

Wilbraham Taylor

Esse gesto heróico pode ser raramente repetido, assim como os verdadeiros e físicos levantes da burguesia contra a plebe (os voluntários contra os jacobinos em 1800, os pequenos proprietários de terra contra os pobres de Peterloo, os especiais contra os cartistas de 10 de abril, os ingressantes e graduandos de Oxbridge contra a greve geral) são muito poucos para saciarem o desejo de vencer dramaticamente as fronteiras de classe. Deste modo, o grito epistolário se dirige a alguém — o governo — com a finalidade de discipliná-los, e levá-los de volta aos canis.

Em 1886 teria sido relatado que John E. Williams havia lamentado o fato de que os desempregados não estavam muito bem organizados — não para se levantar ou destruir propriedades, e, sim, para ocupar bancos, Bolsa de Valores, e escritórios do governo. "Senhor", escreveu um leitor do *The Times*, "se corretamente reportado, Williams deve ser um vilão atroz, diante do qual Gashford em *Barnaby Rudge* é uma pessoa virtuosa."

Dezembro de 1970 produziu pouco de qualidade equiparável nesse gênero, talvez porque os líderes dos operários das companhias elétricas fossem raramente rotulados de comunistas ou demônios trotskistas (talvez o mais próximo tenha sido a carta — de 14 de dezembro — de Nicolas Ben-

tley, sugerindo que Robert Morley, que ousara declarar sua solidariedade ao sindicalismo, devia ser um “depravado insensível”). Mas o velho tema do “deve haver uma lei contra...” tem sido inteiramente orquestrado. Isso ficou bem evidente em outro ano clássico epistolário, 1926.

Um proprietário de mina se referiu (em 5 de junho de 1926) ao tema dos sindicalistas dos mineiros: “Seu único propósito é extorquir o máximo de dinheiro da indústria, em detrimento dos proprietários que têm arcaído com todos os riscos no que diz respeito à mineração de carvão”. (Um exame estatístico rigoroso relativo ao número de proprietários de minas de carvão envolvidos em desastres em minas provavelmente desmentiria tal afirmação). O bispo de Durham reiterou em seguida (em 22 de junho): “Os sindicatos agora recrutam um grande número de jovens cuja infância se deu durante a guerra, quando todo tipo de disciplina foi enfraquecido (...) Esses jovens sem lei têm o perfil adequado para se tornarem janízaros da Revolução Comunista.”

Os sindicatos eram a “figura ridicularizada de qualquer coisa de... democrático” e suas bases, “os instrumentos desesperados dos líderes sindicais”. Eles só poderiam ser contidos através de uma lei mais severa. O voto secreto obrigatório, naquele tempo como agora, foi uma grande receita para a extirpação das greves, da parte de leitores pateticamente ansiosos por acreditar que, se os trabalhadores expressassem seu pensamento em segredo, se tornariam pessoas como eles, ou, antes, *convenientes para* eles, dotados de todas as virtudes burguesas como a prudência, auto-ajuda, e deferência à propriedade; emasculados contudo do sistema reprodutivo burguês — do talento para fazer *dinheiro*.

Tais temas, anunciados em 1926, se tornaram mais pronunciados com o epistolário *posse comitatus* de 1970. Deveriam as greves ser proibidas por lei?, pergunta o Senhor H. T. Smith, de Wallingford (em 11 de dezembro). No mesmo dia, “o público há muito sofrido” encontrou em H. P. Rae um porta-voz. Profundamente perturbado com inválidos dependentes de “rins artificiais em funcionamento contínuo” (o que não o são), ele indagou: “por que hesitar em fazer uso das tropas *agora?*”. “A grande maioria do público”, ele assegurou de seu endereço no Chelsea, “está cheia das tentativas sórdidas dos sindicatos de tiranizarem” etc... O senhor Tennet de Shottermill Ponds, da cidade de Haslemere, também achou (em 12 de dezembro) que os trabalhadores estavam “fazendo uso indevido de sua posição de monopólio”, e Richard Hughes, do United University Club, sugeriu “um dia nacional simbólico de fechamento [por parte dos empregadores] em apoio ao... Projeto de Lei de Relações Industriais”.

O senhor Flamank de Solihull (também em 12 de dezembro) queria ver a formação de um “departamento de serviços de emergência”, que poderia, com o aval da Secretaria de Segurança Nacional, “intervir e gerenciar os serviços”. Aqueles que encorajam a perturbação da indústria, “sejam eles comunistas, sindicalistas ou estudantes militantes, são nossos inimigos tanto quanto o foram os nazistas.” (Estaríamos a ouvir o eco de Wilbraham Taylor e os canhões sobre a Birdcage Walk?)

Estas situações tendem a fazer a burguesia sentir, com uma dose repentina de intuição, seu próprio valor no mundo: eles carregam seu peso e (vide o proprietário da mina de carvão) riscos em seus ombros. “Pense em qual seria o sentimento”, exclamou lord Middleton (em 28 de junho e 1926), “se qualquer mina fosse fechada por um dia e todos os salários perdidos

para os homens porque o administrador e o pessoal da supervisão requisitaram um dia de folga!” Um pensamento semelhante ocorreu ao senhor Reade (em 14 de dezembro de 1970): ‘Senhor, se trabalhadores manuais podem fazer greve, por que não aqueles que pagam seus salários?’ Aha! O argumento é conclusivo: e se nós, que *temos* o dinheiro, impedíssemos que vocês, a corja, o tivessem!!!

Não se deve pensar que, em tais situações de emergência nacional, a burguesia esteja unicamente preocupada com questões mesquinhas tais como dinheiro ou conforto ou poder de classe. Não é absolutamente o caso: evidencia-se o completo idealismo moral. Thomas Hughes, o autor socialista cristão de *Tom Brown’s Schooldays*, manifestou-se sem hesitar na coluna de correspondência em 1886: ele considerava esses modernos socialistas “baderneiros notórios”, e “se o senhor Chamberlain considerar porque ele não recebe dos senhores. Hyndman & Co um ou dois anos de dinheiro por pequenos serviços ao invés de ‘receber seus pontos-de-vista por escrito’, ele prestaria a todas as pessoas honestas um serviço muito maior, em meu juízo.”

Em momentos como esses, os leitores do *The Times* sempre sabiam, sem titubarem, quais eram os pensamentos e necessidades de “todas as pessoas honestas” ou (vide o *The Times* de 14 de dezembro de 1970) “o bem estar de toda a comunidade” (Rose Cottage, Westhumble, Surrey). O que restou ao honesto homem do povo, senhor Alan Lascelles (The Old Stables, Kensington Palace), foi tomar a frente de um “sindicato imensamente maior — qual seja, o sindicato dos cidadãos britânicos” (em 17 de dezembro).

Contudo, em 1926, as demandas imediatas de “toda a comunidade” se dirigiram aos mineradores grevistas num tom mais suave, uma vez que eles haviam cometido o trágico erro de serem conduzidos a uma greve amarga e desgastante durante os meses do verão, e os leitores do *The Times* estavam sofrendo, não pelas lareiras vazias, mas de um senso exacerbado de ultraje moral. Naquela ocasião, os membros do clero se elegeram como os conselheiros adequados. O deão de Worcester advertiu aos mineiros (em 8 de junho de 1926) que, se cedessem aos termos dos proprietários das minas de carvão, eles “terão alcançado uma grande vitória — uma vitória de seu eu mais nobre sobre seu eu mais mesquinho”. O arcediogo de Chester fez o mesmo sermão com maior fervor: a capitulação dos mineiros “consistiria em boa Cristandade (...) um ato de abnegação pessoal (...) de renúncia pessoal em prol dos outros, seguindo o exemplo supremo do Maior Personagem da história’.

Deve-se ainda notar, em 1970, os leitores parabenizando os trabalhadores das companhias de energia, que cancelaram a greve, pela sua “boa Cristandade”, ou assemelhando Frank Chapple ao “Maior Personagem da história”. (O jornal *The Times* não publicou tais congratulações dos deões rurais em 1926 quando os mineiros retornaram derrotados às minas; afinal, tais cartas, se lidas na volta ao trabalho, poderiam ter levado a uma complacência moral, e, conforme os eventos ainda iriam mostrar, a nação deveria esperar uma atitude bem mais cristã dos mineiros nos anos subseqüentes).

Mas — sejamos justos — tem havido uma mudança no gênero, nos anos recentes: o clero, geralmente, não se intromete de forma tão contundente, nem supõem eles expressarem tão prontamente a consciência da nação no tocante às questões socialmente decisivas. Seu papel, como representantes da consciência nacional e conselheiros de delinquentes foi

transferido, em boa parte, para David Frost e Malcolm Muggeridge. Em menor proporção, talvez, esse papel tenha sido assumido por aquela nova detentora de consciência, a dona de casa de classe média, que, uma vez fora do tumulto e dos conflitos pueris da indústria, pode assistir a tudo sob uma perspectiva mais objetiva e detectar instantaneamente de sua cozinha o interesse nacional. Dessa forma, em 11 de dezembro, uma leitora de Prescott, Lancs escreveu:

o radio não liga. A televisão não liga. Os aquecedores elétricos não ligam. A chaleira não liga. A geladeira não liga. Minha máquina de lavar roupa não liga. Meu ferro de passar roupa não liga. Todas os postes de luz estão apagados (...) Deus sabe em quantas mortes trágicas isso pode resultar (...) [É] uma exibição de poder certamente grotesca em seu egoísmo.

Tudo escuro e sem conforto: nós percorremos o mundo deprimente dos salmistas ou do escritor de ficção espacial: todo aquele mundo inanimado dos bens de consumo, animado em cada quarteirão pela inserção do dinheiro, permanece inerte, desobediente. Toda carne é erva, nós sabemos; mas e se (oh, o pior dos horrores!) todos os equipamentos eletrônicos se tornassem ervas também? É a rebelião dos robôs, registrada pelo autor de *Ecclesiastes*.

Pode ser que a ação dos trabalhadores das companhias de energia tenha sido grotesca e egoísta. Como podemos saber? Os fatos são mais escassos do que os sermões. Ao lermos os jornais, nos inteiramos da vida à beira de um desastre cósmico. Ter-se-ia pensado que o vizinho teria sofrido nada mais que o corte de energia por algumas horas em três ou quatro dias, mas o engano é evidente. Lá fora, na escuridão, a nação teria sido completamente paralisada semana após semana; havia dois ou três inválidos dependentes de um rim artificial em “constante funcionamento” para cada rua; assaltantes armados perambulavam impunes pelas ruas; não havia um hospital na cidade que não estivesse iluminado apenas por velas; com cirurgiões operando bebês recém-nascidos à luz de uma tocha enfraquecida.

Um número relativamente pequeno de indivíduos, escreveu um leitor de Richmond (em 12 de dezembro), estava impondo ao público “uma injúria catastrófica”. Por que não “emitir uma ordem de retirar toda proteção legal das pessoas e propriedades dos trabalhadores em questão”, e dos líderes de seus sindicatos? “Deixem a comunidade ter de volta o que é seu.” “Toda essa comunidade” (outro leitor, em 16 de dezembro) “tem sido há muito reconhecida por sua paciência e tolerância. Mas certamente já chegou a hora” etc.. “Nós estamos cheios”, “chegou a hora”, “irresponsáveis” ... irresponsáveis “para nós!”

Claro que o que é “grotesco em seu egoísmo” é a velha hipocrisia da resposta burguesa ao desconforto. Qualquer um que esteja familiarizado com a imprensa vitoriana ou eduardiana não pode se furtar a detectar, nesses tons de ultraje moral, aquele antigo tema burguês em prol de moralismos: o “problema do empregado”. Porém a criadagem está agora fora do alcance; o interruptor de uma luz elétrica é inacessível à reprovação da patroa; um caminhão de lixo não pode receber um salário semanal no lugar do aviso prévio.

E qualquer um que tenha lido E. M. Forster ou Angus Wilson sabe

a respeito da propensão da velha burguesia britânica para moralizar sua própria conveniência e para advogar em prol de seu próprio conforto sob a aparência do altruísmo. De fato, noventa e cinco por cento dos protestos e indignações foram miasma decorrente das dezenas de milhares de pequenas inconveniências materiais. O alarme elétrico que falhou ao desligar, a mamãe que tropeçou em cima do cachorro no escuro, a grelha que pifou com somente um lado do filé assado, o papai que ficou preso no elevador por meia hora a caminho de sua reunião com o diretor, as crianças que perderam *Top of the pops* na televisão, o *freezer* que descongelou sobre o *soufflé*, o banho que estava morno; não restava, portanto, nada a fazer a não ser ir cedo para uma cama burguesa sem amor. Mas, espere, havia uma alternativa: “Senhor, escrevendo à luz de velas...”

Mas mencionar as situações *reais* poderia parecer mesquinho. Era necessário generalizar essas inconveniências sob o argumento de um “interesse nacional”. O filé cru tornou-se um rim artificial desativado, o congelador liqüefeito tornou-se um teatro que operava sem iluminação, a cama sem amor, uma ameaça a “toda a comunidade”. Não importa: agora a emergência acabou, essas fantasias morais retomarão suas reais proporções. Os velhos aposentados tremendo de frio (muitos dos quais continuarão tremendo de frio durante todo o inverno devido às suas poucas aposentadorias), os inválidos em perigo (muitos dos quais continuarão em perigo devido ao atendimento médico inadequado) deixarão de se impor nas colunas de correspondência do *The Times*.

É um notável estado de farsa nacional. Tal como concluiu, como que num ritual obrigatório, David Frost, no horário de pico de audiência, num sábado à noite, intimidando alguns operários das companhias de energia elétrica, com uma audiência de estúdio, escolhida a dedo por seu pronunciado moralismo insensível, ao fundo.

Não faltaram ocasiões para expressar não só desaprovação, mas aprovação moral; a audiência aplaudiu entusiasticamente enfermeiros que, mesmo sendo mal pagos, nunca fizeram greve por causa das necessidades de seus pacientes.¹ David Frost, que, pelo que se sabe, não enfrenta os mesmos dilemas financeiros — e cuja abstenção do trabalho dificilmente levaria mesmo esse governo a declarar um estado de ‘emergência nacional’ — estava evidentemente satisfeito. A burguesia está sempre pronta a reconhecer as virtudes das classes servis quando as encontra: facilmente influenciada, leal, vivendo pacientemente no sótão, desempenhando de forma dedicada um serviço a “toda a comunidade”. Aubrey Leatham, médico do Hospital de Saint George, na esquina do Hyde Park, saudou as mesmas virtudes entre os técnicos cardíacos de seu hospital (*The Times*, 16 de dezembro), os quais, “uma vez que ganham apenas 415 libras, gostariam de fazer greve, mas não o fazem porque são humanitários”.

E como são nobres, de fato, por apaziguarem os corações e pacientes emergenciais na sala de cuidados intensivos por apenas oito libras por semana! Mas, certamente, se é esse o caso, não se trata também de um absurdo, a respeito do qual nós deveríamos ter ouvido falar antes, e insistentemente, e não apenas como instrumento para diminuir o poder dos trabalhadores? Alguma vez o senhor Leatham pegou sua caneta para registrar o caso chocante de seus técnicos cardíacos? Ou tornará ele, e outros militantes leitores do *The Times* e de tantos outros jornais, a silenciar agora que o inconveniente e o desconforto acabaram?

¹ Ha há! [1979]

A grande lição da emergência foi essa: a reciprocidade complexa entre as necessidades humanas e os serviços — uma reciprocidade da qual nós somos, todos os dias, os beneficiários. Em nosso mundo mental reificado, pensamos que somos dependentes das *coisas*. O que outras pessoas fazem para nós é mediado por objetos inanimados: o interruptor, a torneira, o chuveirinho de banheiro, o telefone, o cheque no correio. Aquele cheque é onde as obrigações do bom burguês terminam. Mas deixe o interruptor ou a torneira, o chuveirinho ou o telefone falharem, e então o burguês descobre — de repente — a grande quantidade de obrigações no fluxo de reciprocidade.

Todavia, essas obrigações são sempre as obrigações morais de outras pessoas: os operários do sistema de tratamento de esgoto não podem matar os peixes, os lixeiros não podem deixar que os ratos se proliferem, os operários da companhia de luz elétrica não podem pôr os inválidos em perigo, e — por certo nesta semana — os carteiros não podem negar aos aposentados idosos e com bronquite seu presente de Natal vindo de seus netos da Austrália. Ora, todas essas pessoas devem um serviço à “comunidade”!

A responsabilidade que a comunidade tem para com essas pessoas é menos firmemente afirmada. Certamente, aqueles cujo dinheiro é tema dos cadernos de negócios — aqueles cujos salários aumentam (como os de almirantes ou professores universitários) são silenciosamente recompensados e sem entusiasmo, e eles (ao que parece) não geram nenhuma emergência nacional e nenhuma pressão inflacionária perigosa — daí terem pouca necessidade de escrever cartas ao *The Times* com relação às suas próprias obrigações e deveres morais.

É tarefa da classe servil servir. E é pela lógica do mundo burguês reificado que seus serviços só são notados quando deixam de ser oferecidos. É apenas quando os depósitos de lixo são deixados ao relento, a correspondência empilhada — somente quando os trabalhadores da energia elétrica derrubam os disjuntores e atentam para a escuridão de seu próprio ofício —, que os servidores ficam sabendo, de repente, do grande fato não dito a respeito da nossa sociedade: o poder que eles têm na vida cotidiana.



Tradução e publicação autorizadas em janeiro de 2009.